

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 109.567 - DF (2019/0072542-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : CHARLES ALVES GUIMARAES (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por CHARLES ALVES GUIMARÃES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios proferido no HC n.º 0722568-70.2018.8.07.0000.

Consta dos autos que o Recorrente foi condenado, em 1º/02/2019, à pena de 2 (dois) anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, como incurso no art. 14 da Lei n.º 10.826/2003 (fls. 171-172). A prisão preventiva, que foi decretada em 09/11/2018 (fls. 59-60), foi mantida na sentença condenatória.

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, conforme ementa abaixo transcrita (fl. 178):

"HABEAS CORPUS. PORTE DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. MANTIDA A SEGREGAÇÃO DO PACIENTE. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. MESMOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE CONVERTEU A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E REINCIDÊNCIA. 'WRIT' CONHECIMENTO. ORDEM DENEGADA.

1. A superveniência da sentença condenatória não prejudica a análise da custódia cautelar, quando a fundamentação não se baseia em fatos novos para manter o ato coercitivo.

2. Justificada a decretação da segregação cautelar, com fundamento na garantia da ordem pública, diante da gravidade concreta do delito e da periculosidade social do paciente, que já possui condenações definitivas por crimes de tráfico de drogas e estava, na data do evento, em cumprimento de prisão domiciliar, demonstrando reiteração delitiva e comportamento contrário ao ordenamento jurídico e ao convívio social.

3. Rejeitada a preliminar de não conhecimento, e, no mérito, ordem denegada."

Em suas razões, o Recorrente sustenta, em suma, a inexistência de fundamentação idônea e dos requisitos autorizadores para a decretação da prisão

preventiva.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão processual.

É o relatório. Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, mormente diante do que consignou o Juízo de origem – que, ao proferir a sentença condenatória, negou o direito de recorrer em liberdade sob o argumento de que "*os motivos que ensejaram a custódia cautelar permanecem presentes* (fl. 172)" – ao converter a prisão em flagrante em preventiva (fls. 59-60, sem grifos no original):

"De igual modo, não há que se falar em concessão da liberdade provisória, por se mostrarem evidentes os requisitos da prisão preventiva. A redação do art. 310 do CPP, ao tratar da conversão da prisão preventiva, exige que os requisitos do art. 312 do referido diploma legal sejam satisfeitos e, que as medidas cautelares diversas da prisão se revelem inadequadas e insuficientes ao caso. Por meio da análise das peças que instruem a comunicação da prisão em flagrante, constata-se a materialidade do delito, bem como a existência de indícios de que o indiciado seja, em tese, o autor das condutas a ele imputadas, conforme declarações do condutor, da testemunha e da vítima. O modus operandi adotado na execução do delito retrata, in concreto, a periculosidade do acusado. Acrescente-se, ainda, a certidão de passagens do indiciado que possui condenação definitiva por delitos de tráfico de drogas e está em cumprimento de pena em regime domiciliar. Neste diapasão, a concessão de liberdade provisória ou a aplicação de medidas cautelares não são recomendáveis. Neste contexto, mostram-se presentes os pressupostos - certeza da materialidade e indícios de autoria - e fundamentos para decretação da prisão preventiva do indiciado, já que efetiva a presença do fumus commissi delicti e do periculum libertatis, esse último, representado, fundamentalmente, como forma de salvaguardar a ordem pública. O crime praticado possui pena máxima superior a quatro anos, encontra-se, portanto, no rol do artigo 313 do Código de Processo Penal (inciso I), restando preenchidas as condições de admissibilidade da prisão preventiva. Ressalte-se, por fim, que a afirmação de residência fixa, família constituída e ocupação lícita, mesmo que confirmada, não ostenta força capaz de infirmar o decreto de prisão preventiva, quando presentes os seus pressupostos, consoante vem decidindo, inclusive, o egrégio Superior Tribunal de Justiça. Ante o exposto, converto em preventiva a prisão em flagrante de CHARLES ALVES GUIMARÃES (nascido aos 13/12/1980, filho de Maria Edite

Alves Guimarães, pai não informado), com fundamento nos arts. 282, § 6º, 310, inciso II, 312 e 313, todos do CPP."

Vê-se, em juízo prelibatório, que aparentemente a decretação da custódia cautelar foi devidamente fundamentada pelo risco concreto de reiteração delitiva, tendo em vista que o Recorrente *"possui condenação definitiva por delitos de tráfico de drogas e está em cumprimento de pena em regime domiciliar"*.

Nesses termos, esta Corte pacificou o entendimento de que a reiteração de condutas criminosas, evidenciando inclinação à prática delitiva, obsta a revogação da medida constritiva para garantia da ordem pública. A propósito: RHC 94.000/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Rel. p/ acórdão Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 29/06/2018.

De igual modo, a jurisprudência da Suprema Corte é no sentido de que *"a periculosidade do agente e a fundada probabilidade de reiteração criminosa constituem fundamentação idônea para a decretação da custódia preventiva"* (HC 150.906 AgR, Rel. Ministro ROBERTO BARROSO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 25/04/2018, sem grifos no original).

Conclui-se, assim, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância – notadamente sobre o andamento atualizado do feito e a situação prisional do Recorrente – e ao Tribunal de origem, para que informe a senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora